

apoio. A situação hoje está insustentável e, por isso, realizamos essa primeira audiência pública, e estamos pedindo, em caráter de extrema urgência, uma reunião com o secretário da Educação para que providências sejam tomadas imediatamente. Não dá para a Educação do Estado funcionar com esse quadro de apoio. Eles são educadores, profissionais da Educação também. Com esse salário e com o “vale-cozinha” de oito reais, não dá. Não sei como que as nossas escolas ainda estão funcionando. Estamos vivendo um momento de calamidade pública nas escolas estaduais.

É uma afronta aos direitos e à dignidade desses servidores isso que o governo está fazendo com os agentes de organização escolar. Estamos tomando muitas medidas pela Assembleia Legislativa em relação a esse fato. Gostaria que providências fossem tomadas imediatamente, e, para que haja a real valorização salarial, funcional e das condições de trabalho dos agentes de organização escolar da rede estadual de ensino, solicito que cópias do meu pronunciamento fossem encaminhadas ao secretário estadual de Educação, ao secretário de Gestão Pública, e também ao governador Geraldo Alckmin.

A situação desses trabalhadores está insustentável. Os relatos que ouvimos aqui na audiência pública são tenebrosos. Eles relatam uma situação de agressão à dignidade humana desses trabalhadores, e a carreira desses trabalhadores está altamente desvalorizada, com salário aviltante. Eles são vítimas do assédio moral, do desvio de função e da sobrecarga de trabalho. É uma vergonha o tratamento dado pelo governo estadual aos agentes de organização escolar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. As cópias do pronunciamento serão enviadas para os órgãos competentes.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, ainda discutindo a questão do colapso do abastecimento de água, essa grande crise hídrica que nós estamos vivendo no estado de São Paulo, gostaria de citar a declaração de um relator especialista nessa questão da água, um relator da ONU, em um depoimento publicado hoje na imprensa. “Pouca chuva não significa falta de água na torneira, diz relator da ONU”. Eu me refiro ao pesquisador, professor Leo Heller.

Ele diz o óbvio, que a questão do colapso de abastecimento de água no estado de São Paulo tem a ver com a falta de gestão e a falta de planejamento, com a incúria e a irresponsabilidade do governo estadual. “Ele discorda de quem aponta o desperdício dos consumidores domésticos como vilão da crise. Nós sabemos que não são eles. Existe um uso perdulário da água em outras atividades econômicas, como agricultura e mineração, além das perdas excessivas na distribuição de água”.

Ele coloca o tempo todo que a questão da crise hídrica - ele é um relator da ONU, um pesquisador, um cientista, um professor que foi galgado a esse cargo, a esse posto de relator da ONU na questão da água -, o fato de existir estiagem e mudança climática não significa que não tenha água. A questão é a gestão, é a preparação, porque as alterações climáticas já são conhecidas.

Há mais de 20 anos que os governos já são alertados para as estiagens, as secas e também para as cheias, para as enchentes. Nós não estamos mais nos tempos primitivos em que populações eram dizimadas ou por secas ou por cheias, por enchentes. Esse tempo já terminou.

Hoje nós temos tecnologia, temos engenharia, temos avanços tecnológicos, acumulamos know-how, experiência para superar esses obstáculos, então nós podemos entrar no processo de estiagem e ter água em uma cidade, no estado, desde que o governo ofereça segurança hídrica para a população. Temos tantos órgãos responsáveis por essa área no estado de São Paulo, a Sabesp, a Secretaria do Saneamento e Recursos Hídricos, a Arsesp, a ANA - Agência Nacional de Águas -, o DAEE, os comitês das bacias hidrográficas do estado de São Paulo, tanta gente trabalhando, os pesquisadores e cientistas contratados pelo estado nesses órgãos. Nós pagamos e pagamos caro para ter técnicos especialistas nessa área de abastecimento e, em tese, de segurança hídrica.

O que foi que aconteceu? O que nós sabemos é que o governo foi alertado o tempo todo, há mais de dez anos que o governo é alertado. O Ministério Público alertou. Inclusive, estávamos agora em um debate na TV Alesp com o procurador-geral de Justiça do estado de São Paulo, o Dr. Márcio Elias Rosa, e nós discutimos a questão da crise hídrica. O Ministério Público alertou o governo e o governo não tomou providências. Isso desde 2004. O governo não tomou uma única providência, nos jogou nesse verdadeiro colapso de abastecimento de água e tenta esconder da população a realidade dos fatos. Tenta-se criminalizar a natureza, São Pedro e a população, dizendo que ela tem de economizar. A população já está economizando, mas a população não pode pagar e não pode ser criminalizada, até porque sabemos que os grandes consumidores de água potável não são os moradores do estado de São Paulo. Os grandes consumidores são o agronegócio, a indústria, o grande comércio e as grandes empresas. Esses são os grandes responsáveis. A população só consome oito por cento de toda a água potável. É pouco.

Temos 30% de desperdício na tubulação sucateada e degradada da Sabesp. O invés de trocar a tubulação e ter um trabalho sério de combate ao vazamento e ao desperdício na sua própria rede, na sua própria tubulação, a Sabesp investiu nos investidores da bolsa de valores de Nova Iorque e canalizou seus lucros para os acionistas. A Sabesp privatizou a água. A Sabesp é quase uma empresa capitalista, já que quase metade dela é privatizada, com aplicações na bolsa de valores e com acionistas.

A preocupação da Sabesp é vender água. Ela foi sugando os mananciais para vender água, aumentar a sua renda e o seu lucro, mas não investiu neles ou na sua recuperação. Ela não investiu na captação de água de outras regiões, não investiu na troca da tubulação, não fez planejamento para que nós pudéssemos atravessar esta estiagem, que vai longe. O relatório produzido pelo próprio Governo em 2009, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, chamado de “ Cenários Ambientais 2020”, já fazia previsão sobre a crise hídrica, sobre o colapso em 2015 e 2018. O documento é certoeiro e é profético do ponto de vista científico. Realmente, estamos em 2015 e praticamente já dentro do colapso. A água acabou no estado de São Paulo.

O Governo já prepara, tardiamente, o rodízio, o racionamento e as campanhas de economia de água. As campanhas educativas deveriam ter sido feitas lá atrás, há três anos, mas o Governo estava preocupado apenas com sua imagem. O governo Alckmin penhorou a água para ganhar a eleição e escondeu isso da população durante o processo eleitoral. O Governo penhorou a água, venceu as eleições e fez declarações fraudulentas para a população, para a opinião pública, para a imprensa. E continua fazendo.

O governador está preocupado apenas com a sua imagem. Ele não quer desgaste. Para ter um desgaste mínimo ele está organizando agora, me parece, um rodízio para seis milhões de habitantes e moradores atendidos pelo sistema Cantareira. O governador está preocupado com a sua imagem. Ele não está preocupado com o bem-estar da população. Ele não veio a público ainda falar da gravidade da situação que a população já sente na pele. Quero deixar registradas essas considerações.

A direção da Sabesp está fazendo um trabalho de censura e de perseguição em cima dos seus funcionários, dos seus técnicos, dos seus engenheiros, para que eles não falem, para que eles não deem informação para a população sobre a gravidade da situação. Ela organizou um dicionário da crise, em que proíbe, por exemplo, que seus dirigentes e funcionários falem em

crise da água. Eles devem falar em falta de chuvas. Substituíam-se alguns termos por outros mais amenos. O funcionário não pode falar que há uma crise, mas que há falta de chuvas. O funcionário da Sabesp não pode falar em volume morto. Ele tem que falar em reserva técnica, para disfarçar, para continuar ludibriando a população.

Já estamos vivendo o colapso da água. Nosso mandato tomou providências. Fomos ao Ministério Público com uma representação, pedindo para que seja imputado crime de responsabilidade ao governador por improbidade administrativa. Fizemos tudo pela aprovação de uma CPI da Sabesp no ano passado, mas a base do governo não assinou o requerimento. Fizemos muitos requerimentos de informação e, sobretudo, de convocação, em várias comissões permanentes aqui da Casa, convocando a presidente da Sabesp e o secretário de Recursos Hídricos, para que eles viessem aqui prestar depoimento. Isso ainda no ano passado. Mas a Assembleia Legislativa é cúmplice dessa omissão criminosa praticada pelo governador Geraldo Alckmin no estado de São Paulo. Continuaremos cobrando e denunciando ações do estado para conter essa crise.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 05 minutos.

13 DE FEVEREIRO DE 2015 10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO ADICIONAL

Presidentes: ULISSES SALES, CARLOS GIANNAZI e CONSTÂNCIA FÉLIX
Secretária: CONSTÂNCIA FÉLIX

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - ULISSES SALES

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Manifesta apoio aos servidores públicos municipais de Cubatão, mobilizados em protesto à retirada do vale refeição de seus benefícios trabalhistas. Afirma que a prefeitura está perseguindo administrativamente os servidores líderes do movimento. Condena essa atitude do governo da prefeita Márcia Rosa, do Partido dos Trabalhadores. Pede que a bancada do PT desta Casa tome alguma atitude em relação ao acontecido.

3 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Discorre sobre o projeto que coordenou em Limeira, através do qual presidiários produziam mobiliário urbano para a cidade. Pede ao governador que reduza a alíquota do ICMS das máquinas de reuso de água. Discorre sobre problemas em vagas de garagem em condomínios residenciais.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - ULISSES SALES

Cumprimenta o deputado Antonio Salim Curiati pelo seu aniversário. Saúda a presença do vereador de Jaú, Wagner Brasil e do assessor parlamentar, Luiz Urbano.

6 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Assume a Presidência.

7 - ADRIANO DIOGO

Discorre sobre os trabalhos da CPI sobre Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas. Exibe vídeo sobre trotes ocorridos na PUC.

8 - ULISSES SALES

Assume a Presidência.

9 - CARLOS GIANNAZI

Parabeniza o deputado Adriano Diogo pelo seu trabalho a frente da CPI sobre Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas. Afirma ser inadmissível a violência ocorrida nos trotes nas universidades. Discorre sobre audiência pública ocorrida no dia 10 de fevereiro, nesta Casa, para apurar desrespeito aos direitos de agentes de organização escolar. Comenta os encargos e importância da carreira para a Educação Pública do estado. Lista reivindicações da categoria, a fim de se restabelecer a dignidade dos servidores.

10 - ADRIANO DIOGO

Comenta o depoimento de alunos da Faculdade de Medicina da USP, de Ribeirão Preto, na CPI sobre Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas. Exibe vídeos sobre o trote desta instituição.

GRANDE EXPEDIENTE

11 - CARLOS GIANNAZI

Pelo art. 82, elogia o trabalho do deputado Adriano Diogo por seu trabalho à frente da CPI que investiga violações de direito humanos nas universidades paulistas. Declara que o ambiente acadêmico deveria combater preconceitos, e não os reforçar. Tece críticas ao Governo do Estado, por suas ações na área da Educação. Afirma que as escolas enfrentam falta de funcionários e material, além da superlotação de salas.

12 - CONSTÂNCIA FÉLIX

Assume a Presidência.

13 - ULISSES SALES

Assume a Presidência.

14 - ADRIANO DIOGO

Pelo art. 82, exhibe reportagens sobre trotes ocorridos na Unicamp e em uma faculdade privada de Adamantina, conforme averiguado na CPI desta Casa que trata do assunto. Mostra vídeo com pronunciamento de Drauzio Varella sobre os casos de estupro ocorridos em festas da USP.

15 - ADRIANO DIOGO

Solicita o levantamento da sessão, com anuência das lideranças.

16 - PRESIDENTE ULISSES SALES

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 19/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Ulisses Sales.

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido a Sra. Deputada Constância Félix para, como 1º Secretária “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

A SRA. 1º SECRETÁRIA - CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - ULISSES SALES - PSD - Tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Aldo Demarchi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edinho Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luciano Batista. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Dilador Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Felício. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Vitor Sapiezna. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gerson Bittencourt. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Algz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, venho a esta tribuna, hoje, primeiramente para manifestar aqui nosso total apoio e solidariedade aos servidores públicos da Prefeitura de Cubatão, que estão mobilizados contra a suspensão ou extinção do vale-refeição desses servidores.

A Prefeitura suspendeu num momento como esse, de crise, de arrocho salarial, de “tarifaço”, de ataques aos direitos dos trabalhadores, o vale-refeição. Os servidores, logicamente, estão mobilizados, fazendo manifestações e protestando contra esse ataque a mais um direito, mais um benefício importante que tem a ver com alimentação.

E por conta disso, Sr. Presidente, há um processo agora de perseguição. A prefeita Márcia Rosa está perseguindo servidores que participaram e participam desse movimento. Estamos aqui acompanhando um desses casos, que é o caso do servidor da Secretaria de Educação, que trabalha exatamente na Escola Municipal Padre José de Anchieta, no bairro José de Anchieta, Itamar Esperanto. Ele é um funcionário que trabalha na secretaria da escola, que tem 1.800 alunos, que já vive o drama da falta de funcionários.

Então, para punir o Itamar Esperanto, que é um defensor dos servidores, da Educação e da cidadania, a Prefeitura baixou uma resolução e utilizou essa norma para transferir, para neutralizar a militância do Itamar Esperanto. Transferiu esse funcionário para outra região, para outra função dentro da Prefeitura, ou seja, é uma retaliação aberta, é assédio moral, é perseguição política isso que está acontecendo.

Além de prejudicar o servidor Itamar Esperanto, essa atitude também prejudica a escola, os 1.800 alunos, os professores, que inclusive estão mobilizados, fazendo abaixo-assinado. Há uma revolta da comunidade contra a transferência do Itamar Esperanto, um funcionário exemplar. A comunidade escolar tem uma afinidade muito grande e respeito pelo seu trabalho, pelo seu profissionalismo e pela sua relação com a comunidade. Então existe uma grande mobilização em defesa do Itamar Esperanto, pressionando a prefeitura a trazê-lo de volta ao seu cargo.

E nós também queremos que a Assembleia Legislativa tome providências em relação a isso. Essa prefeitura, em 2013, já perseguiu 12 servidores da Educação que se organizaram em defesa de melhores salários, de melhores condições de trabalho, contra o autoritarismo de gente da prefeitura e 12 educadores e educadoras foram punidos pela prefeitura e responderam a um processo administrativo que pedia sua exoneração, inclusive a do Itamar Esperanto, porque, na época, eles estavam osando se manifestar contra o arrocho salarial e as precárias condições de trabalho. Eles foram punidos com processo administrativo, estão pagando advogado até hoje, porque isso é muito caro, sofreram prejuízos, transtornos e ficaram endividados.

Eu acompanhei o caso, inclusive fizemos intervenções em defesa desses servidores, e aproveito a oportunidade para divulgar o livro do Itamar Esperanto sobre esse processo, “O Processo 14652 - Crônica de uma Perseguição Política a 12 Servidores Públicos em Cubatão - Volume 1”. Ele está preparando o volume 2. Esse é o livro do Itamar Esperanto, que eu quero divulgar para todo o estado de São Paulo, para quem está assistindo ao programa na Capital, no Interior, na Baixada Santista, na Grande São Paulo, esse é o livro que fala da primeira perseguição.

Agora temos a segunda perseguição e o Itamar Esperanto também está sendo perseguido por fazer parte desse movimento de resistência que pede a volta do vale refeição dos servidores. Quero manifestar meu repúdio a essa prefeita Márcia Rosa, do PT, que era uma professora das redes municipal e estadual, que já fez greves e manifestações no passado, mas que, agora que chegou ao poder, virou a traidora dos trabalhadores de Cubatão.

É engraçado, quando a pessoa está na oposição tem um discurso e uma postura, quando assume o Governo e o poder, se coloca contra os trabalhadores. Essa prefeita, Márcia Rosa do PT, pelo seu comportamento, atacando os trabalhadores - não resta outra palavra ou designação -, é uma traidora dos trabalhadores. Perseguido funcionários públicos. É um absurdo.

Digo isso com todo o respeito à bancada do PT, que é combativa aqui na Assembleia Legislativa e deve estar constrangida de ter uma prefeita do seu partido perseguindo funcionários públicos, que estão se manifestando, como perseguiu os 12 funcionários que ousaram lutar por melhores salários e melhores condições de trabalho.

Lembro-me, inclusive, que a perseguição e o ódio a esses servidores foram tão grandes por parte da prefeita que uma escola, a escola municipal Mário de Oliveira Moreira, teve um trabalho de ponta, coordenado pela professora e diretora Fabíola Teixeira, um projeto pedagógico que foi premiado, reconhecido e homenageado pelo Conselho Municipal de Cubatão - inclusive eu participei dessa homenagem - destruído por conta desse processo de perseguição.

Os professores dessa escola foram prejudicados, a diretora foi prejudicada e teve que sair de lá, e, sobretudo, as crianças foram prejudicadas. Recebemos aqui uma comissão de pais de alunos e de alunos reclamando e denunciando esse autoritarismo da prefeita Márcia Rosa, que destruiu o projeto pedagógico. A ânsia de vingança e a traição não têm limites em Cubatão. A prefeita, para penalizar os servidores, penaliza toda a comunidade escolar. Os alunos pagam um preço caríssimo por conta disso.

Assim, esse projeto Transformar foi destruído pela prefeita Márcia Rosa, de Cubatão. O PSDB fazer isso é normal, faz parte do DNA dele destruir as lutas dos servidores e os projetos bem sucedidos, mas o PT, uma prefeita do PT ter o mesmo comportamento dos tucanos aqui em São Paulo. É um verdadeiro absurdo. Apelo ao líder da bancada deputado João Paulo Rillo para que fale com a prefeita. Isso desgasta ainda mais a já desgastada imagem do Partido dos Trabalhadores, principalmente aqui em São Paulo.

O que nós queremos é que a prefeita pare de perseguir os servidores públicos que estão se manifestando. Isso é um absurdo. Não combina com o PT. Faça este apelo à bancada do PT na Assembleia Legislativa, que é combativa, que combate o autoritarismo do governador Geraldo Alckmin. Tenho certeza de que a bancada do PT está muito constrangida com esse comportamento.

Que a prefeita Márcia Rosa pare de perseguir os servidores e realoque o funcionário Itamar Esperanto para a sua escola, a Escola Municipal Padre Anchieta. A comunidade está pedindo. Tem abaixo-assinado, tem manifestação para que ele volte a sua escola de origem. É uma covardia o que está acontecendo.

O Itamar Esperanto que conhecemos é um intelectual, é um escritor, é uma pessoa dedicada à literatura, à cultura, à defesa da Educação. É inaceitável que o autoritarismo tome essa proporção na cidade de Cubatão.

Sr. Presidente, que cópia do meu pronunciamento seja enviada para a prefeita Márcia Rosa e para o presidente nacional do PT, porque não combina com o PT perseguir funcionário público que se manifesta por melhores salários, contra o corte do vale-refeição.

Que o presidente nacional do PT, deputado estadual Rui Falcão, tome providências em relação a isso.

Todo nosso apoio à luta dos servidores de Cubatão, todo nosso apoio ao Itamar Esperanto.

O SR. PRESIDENTE ULISSES SALES - PSD - A Presidência tomará as providências necessárias em atendimento à solicitação de Vossa Excelência.

Tem a palavra o nobre deputado Dilmo dos Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Ferrarini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiati. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Uebe Rezeck. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Neves. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.)

Esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Fernando Capez. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Constância Félix.

A SRA. CONSTÂNCIA FÉLIX - PDT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa, é uma grande alegria estar neste plenário.

Quero falar de um projeto que desenvolvi enquanto presidente do Fundo Social de Solidariedade na cidade de Limeira. Refiro-me ao projeto Imobiliário Urbano. O que é exatamente isso?

Criei uma fábrica onde se faziam mesas, bancos, lixeiras, postinhos de luz, vasos de cimento. Este projeto foi desenvolvido para atender ao sentenciado com pena alternativa e ao reeducando. Foi de muita valia para o nosso município. Para a prefeitura enquanto inclusão social, foi maravilhoso. Foi um projeto que deu muito resultado. Os juízes também o aprovaram porque temos a pena alternativa e foi uma forma de trabalharmos com essas pessoas para que elas pudessem aprender uma profissão.

Infelizmente, hoje não tem mais o município. Mas gostaria de fazer uma indicação para o governador. É muito importante esse trabalho onde, além de inclusão social, o próprio município tem a fabricação em série desses equipamentos, desses imóveis e, também, o próprio Poder Judiciário tem como inserir essas pessoas em um trabalho voluntário e com isso elas aprendem uma profissão.

Foi uma experiência muito gratificante e isso eu vou passar para o nosso governador.

Limeira é a capital nacional de folhados e semi joias. Isso para mim, que sou dessa cidade, é motivo de muito orgulho. Uma grande porcentagem de jovens e adultos trabalha na fabricação de folhados e joias.

Gostaria de fazer uma solicitação ao governador para reduzir o ICMS das máquinas e equipamentos usados no reuso de água. Sabemos que lá existem muitas máquinas, são muitas empresas. Nesse momento de crise, acho prudente desenvolver esse trabalho junto com os empresários da nossa cidade.

Outro assunto é com relação aos estacionamentos, principalmente nos prédios. Tenho recebido muitas reclamações, como tenho acompanhado os noticiários sobre os problemas nos condomínios devido à ausência de vagas necessárias para os carros dos moradores ou devido à existência de vagas de tamanho inadequado.

Muitas vezes, certas vagas de garagem, mesmo tendo suas medidas aprovadas pela prefeitura, são menores do que as necessárias para muitos modelos de carros, como os SUVs, Sedans, minivans e camionetes. Veículos esses que tiveram suas medidas devidamente aprovadas pelo órgão competente federal.

Além disso, na maioria dos prédios, o primeiro subsolo onde normalmente se encontram as garagens, a tubulação é exposta e é comum que haja vazamento em áreas em que há vagas de garagem, impossibilitando o uso da vaga até que o vazamento seja sanado.

Com isso, quero lembrá-los também que deve se considerar que o espaço cedido para a manobra dos veículos muitas vezes são inapropriados para o tipo de carro já mencionado. Além disso, pode haver, por diversas razões, conflitos entre gestores públicos e moradores e, para resolver isso, é necessário que existam mais vagas de estacionamento.

Vamos apresentar um projeto de lei que obriga as incorporadoras e as construtoras a criarem um número maior de vagas, proporcional ao número de moradores, com tamanho um pouco maior que o do tamanho padrão e de fácil acesso. Considerar vagas para visitas e também das particulares, que são postas à venda, e ser disponibilizadas ao gestor do condomínio para a solução de conflitos e outros problemas de condomínio.

Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Ulisses Sales.

O SR. ULISSES SALES - PSD - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, amigos que nos assistem pela TV Assembleia, gostaria de, nesta tarde,cumprimentar o nosso nobre deputado Antonio Salim Curiati pelo seu aniversário. Eu o encontrei hoje na Assembleia. Ele está fazendo hoje 87 anos - só de Assembleia, não é, deputado Adriano Diogo? -, imagine o que é essa experiência a favor do governo do estado de São Paulo e a favor do nosso Parlamento paulista. Queria deixar registrado os parabéns ao nosso nobre deputado Antonio Salim Curiati.

- Assume a Presidência a Sra. Constância Félix.

Também pedi para fazer o uso da bancada para cumprimentar, nesta tarde, os nossos amigos de Jaú: o vereador Wagner Brasil e o nosso amigo, Luiz Urbano. Eles vieram me visitar hoje.

Jaú é a capital do calçado feminino. Wagner Brasil, vereador em Jaú pelo PROS, faz um trabalho bellissimo por aquela região. Jaú é uma cidade que, por essa característica do calçado feminino, gera muitos empregos. Existem hoje, na cidade, mais de 600 empresas voltadas ao mercado do calçado. É uma geração de renda e empregos para aquele município e para toda aquela região.